

Geradora Eólica
Bons Ventos da
Serra 2 S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Reconhecimento da receitas (Consulte as notas explicativas 3.3 e 15 às demonstrações financeiras)

A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar suas usinas geradoras de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de contratos de Leilão de Energia Nova (LEN), firmados com as distribuidoras de energia, pela modalidade de disponibilidade. Tais contratos, estabelecem limites para exposições positivas ou negativas de geração de energia em relação a receita fixa, com aplicação de bônus ou penalidades, conforme regras do mecanismo estabelecidas em contrato. A receita da Companhia advém substancialmente desses contratos de fornecimento de energia elétrica.

Toda geração de energia gerada acima ou abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos, são reconhecidos no mês de competência, e esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais.

As variações da geração da energia e conseqüentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.

Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco das receitas não serem registradas no momento do cumprimento da obrigação de performance, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Recálculo da receita contratual de fornecimento de energia através da valorização dos montantes de Mwh de Energia contratual prometido e o preço contratual atualizado.
- Recálculo da parcela variável de ressarcimento por montantes superiores ou inferiores de energia gerada em relação ao total contratual prometido, para avaliar se a receita fixa foi ajustada adequadamente pelos montantes efetivamente gerados;
- Avaliação da integridade das informações utilizadas no cálculo, através de verificação dos contratos firmados entre as partes;
- Avaliação das principais premissas e dados utilizados no cálculo da estimativa do valor mais provável de ressarcimento;
- Avaliação das divulgações sobre o assunto nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.



Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como o mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6

Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.596	44.993	Fornecedores a pagar	8	1.051	73.365
Depósitos vinculados	6	2.719	2.262	Empréstimos e financiamentos	10	16.633	15.976
Contas a receber	5	7.927	7.002	Debêntures	10	7.425	6.140
Impostos a recuperar		331	385	Arrendamentos a pagar	9	264	77
Despesas antecipadas		163	149	Imposto de renda e contribuição social a pagar	11	916	878
Outros ativos		177	9	Encargos tributários e trabalhistas	11	682	551
Total do ativo circulante		20.913	54.800	Ressarcimento geração reduzida	12	7.436	6.739
Depósitos vinculados	6	11.068	10.484	Outras contas a pagar		344	278
Imobilizado	7	491.007	513.026	Total do passivo circulante		34.751	104.004
Intangível		36	58	Empréstimos e financiamentos	10	165.659	174.510
Total do ativo não circulante		502.111	523.568	Debêntures	10	51.290	51.176
				Arrendamentos a pagar	9	7.498	9.385
				Ressarcimento geração reduzida	12	2.875	613
				Provisão para desmobilização	13	2.542	5.351
				Total do passivo não circulante		229.864	241.035
				Patrimônio líquido			
					14		
				Capital social		319.131	285.851
				Prejuízos acumulados		(60.722)	(52.522)
				Total do patrimônio líquido		258.409	233.329
Total do ativo		523.024	578.368	Total do passivo e patrimônio líquido		523.024	578.368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	15	57.284	60.850
Custo de geração de energia	16	<u>(36.123)</u>	<u>(31.099)</u>
Lucro bruto		21.161	29.751
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(1.471)</u>	<u>(5.416)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		19.690	24.335
Receitas financeiras	18	2.746	2.273
Despesas financeiras	18	<u>(27.739)</u>	<u>(39.950)</u>
Resultado financeiro		(24.993)	(37.677)
Resultado antes dos impostos		(5.303)	(13.342)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19	<u>(2.897)</u>	<u>(2.525)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(8.200)</u>	<u>(15.867)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Prejuízo do exercício	(8.200)	(15.867)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(8.200)</u>	<u>(15.867)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>285.851</u>	<u>(36.655)</u>	<u>249.196</u>
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(15.867)</u>	<u>(15.867)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>285.851</u>	<u>(52.522)</u>	<u>233.329</u>
Aumento de capital (Nota 14)	33.280	-	33.280
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>(8.200)</u>	<u>(8.200)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>319.131</u>	<u>(60.722)</u>	<u>258.409</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(5.303)	(13.342)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	7	17.724	15.982
Amortização direito de uso de arrendamentos	7	804	288
Despesa financeira com direito de uso de arrendamentos	9	402	837
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados		(1.500)	(537)
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10	23.425	22.822
Amortização dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	403	403
Atualização provisão para desmobilização		-	308
Ressarcimento por geração reduzida	12	2.959	2.291
Baixa de imobilizado	7	13	31
		<u>38.927</u>	<u>29.083</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(925)	(4.589)
Despesas antecipadas		(14)	118
Impostos a recuperar		54	(362)
Outros ativos		(169)	25
Fornecedores a pagar		(72.314)	13.424
Obrigações tributárias e trabalhistas		131	9
Receita diferida		-	(1.201)
Outras contas a pagar		66	250
		<u>(34.245)</u>	<u>36.757</u>
Caixa (usado nas) gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.835)	(2.102)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(14.396)	(12.877)
Pagamento de juros de debêntures	10	(4.079)	(3.872)
		<u>(55.555)</u>	<u>17.906</u>
Fluxo de caixa líquido (usado nas) gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Depósito vinculado		459	(273)
Aquisição de imobilizado	7	(559)	(1.251)
		<u>(100)</u>	<u>(1.524)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Aumento de capital	14	33.280	-
Pagamento de arrendamentos	9	(874)	(935)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(9.676)	(9.722)
Pagamento de debêntures - principal	10	(2.472)	(2.079)
		<u>20.258</u>	<u>(12.736)</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) gerado das atividades de financiamento			
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(35.397)</u>	<u>3.646</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			
		44.993	41.347
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			
		<u>9.596</u>	<u>44.993</u>
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>(35.397)</u>	<u>3.646</u>
Principais transações que não aferam o caixa			
Mensuração e remensuração de direito de uso de arrendamentos		(1.228)	1.027
Remensuração provisão desmobilização		(2.809)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A (“BVS 2” ou “Companhia”), com sede na cidade de Curitiba/PR, foi constituída em 7 de março de 2014 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente as Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos da Serra Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente dessas e quaisquer outros direitos relacionados, ligados diretamente às Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7.

As Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, propriedades da Companhia, venderam 35,2 MW médios de energia no 18º Leilão de Energia Nova, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013.

A Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, com participações no capital social de 30,38% e 69,62% respectivamente.

A Gestão de capital da Companhia consiste na salvaguarda de sua capacidade de continuidade operacional (Ver nota 21).

Operação comercial

As autorizações para operação comercial foram concedidas de forma gradativa pela ANEEL, conforme os aerogeradores atendiam os padrões regulatórios necessários de geração em teste.

Central Geradora Eólica	Despacho ANEEL	Data de publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	1492	06/07/2018
Bons Ventos Cacimbas 3	1034	09/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 4	1099	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 5	1100	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 7	1565	13/07/2018

Autorização - Bons Ventos da Serra 2

A Autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da publicação da portaria.

Central Geradora Eólica	Portaria MME	Data de Publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	332	15/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 3	306	08/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 4	299	03/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 5	270	11/06/2014
Bons Ventos Cacimbas 7	291	25/06/2014

Capacidade Produtiva

A Companhia possui 5 (cinco) usinas geradoras de energia eólica, situadas nos municípios de Ubajara e Ibiapina, no Estado do Ceará, constituída de 41 (quarenta e um) unidades geradoras de 2.1 MWmédios, totalizando a potência instalada de 86,1 MWmédios.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Potência Instalada (MW)
Bons Ventos Cacimbas 2	Ubajara	11	23,1
Bons Ventos Cacimbas 3	Ubajara	7	14,7
Bons Ventos Cacimbas 4	Ibiapina	5	10,5
Bons Ventos Cacimbas 5	Ibiapina	10	21
Bons Ventos Cacimbas 7	Ubajara	8	16,8

Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 13.839 (R\$ 49.204 em 31 de dezembro de 2021), prejuízos acumulados de R\$ 60.722 (R\$52.522 em 31 de dezembro de 2021) e fluxo de caixa usado nas atividades operacionais de R\$34.245 (gerado nas atividades operacionais de R\$36.757 em 31 de dezembro de 2021).

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o saldo de R\$ 13.787 (R\$ 12.746 em 31 de dezembro de 2021) (Nota 6) em depósitos vinculados, principalmente, a empréstimos e financiamentos, sendo o montante de R\$ 11.068 classificados no ativo não circulante (R\$ 10.484 em 31 de dezembro de 2021). De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, será suportada pelas receitas de operações futuras e com base no histórico da Companhia se necessário os acionistas poderão efetuar aportes para suprir as necessidades de caixa.

A Companhia reconheceu ativos e passivos considerando a pressuposição da continuidade operacional da Companhia, e entende que não há indícios de descontinuidade das operações.

Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)

A Companhia possui 175 (cento e setenta e cinco) contratos de venda de energia em ambiente regulado firmados com as distribuidoras participantes do 18º Leilão de Energia Proveniente de novos empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o edital nº 10/2013. Os mesmos possuem prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MW médio/ano	Preço R\$/MWh Dezembro/2013	Início da operação comercial	Final da operação comercial
Bons Ventos Cacimbas 2	10,1	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 3	6,0	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 4	4,3	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 5	9,7	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 7	6,5	121,58	Mai/2018	Dez/2037

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de janeiro, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de janeiro de

2013. Em 31 de dezembro de 2022 o preço médio praticado é R\$199,42 (R\$181,19 em 31 de dezembro de 2021).

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 28 de março de 2023.

Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondados para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.12** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado;
- **Nota 9** - critérios para definição da taxa de desconto de arrendamento;
- **Nota 12** – Provisões para ressarcimentos reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e,

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os itens que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo onde as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- (a) **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- (b) **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- (c) **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.3 Receita Operacional

A receita operacional advinda do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida é vendida através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) (Ver Nota 1).

3.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias.

Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) com base no lucro presumido, conforme detalhado abaixo:

- Lucro presumido - Nesta sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita recebida as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com as vidas úteis estimadas pela Companhia limitadas ao prazo de autorização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa a período de autorização do Parque ..

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos para processamentos de dados	5 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Direito de uso de arrendamentos	19 anos
Parque eólico (*)	30,3 anos

(*) O ativo do parque eólico é composto por torres, máquinas e equipamentos, subestação, linha de transmissão, aerogeradores, sobressalentes e obras civis, conforme descrito na nota 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja identificado alguma mudança relevante.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo atualizada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(ii) Modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio líquido.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.12 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado".

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(i) Determinação de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23 / IAS 8)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de estimativa contábeis, além de outras alterações para ajudar as entidades a distinguir mudanças em estimativas contábeis de mudanças em políticas contábeis. Na nova definição, estimativas contábeis constitui-se como “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza de mensuração”. Em relação as demais alterações, também houve o esclarecimento de como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(ii) Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26 / IAS 1)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, para fornecer orientações através de guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem o termo de “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”, considerando que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Isto é, são materiais devido à natureza das transações, eventos ou condições que estão relacionadas.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023.

(iii) Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma única transação (alterações sobre o CPC 32 / IAS 12)

Em maio de 2021 o IASB emitiu alterações ao IAS 12 (norma correlata ao CPC 32), na qual, estabelece o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis.

As alterações são vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(iv) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não estão vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações dos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras consolidadas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Aplicações financeiras (i)	<u>9.596</u>	<u>44.993</u>
Total	<u>9.596</u>	<u>44.993</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações com liquidez diária e remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), a taxa de remuneração varia de 99% a 102% (99% a 103% em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos são utilizados na manutenção das atividades da Companhia.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota 21.

5 Contas a receber

	2022	2021
CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (a)	2.684	2.116
CCEAR – Provisão de Faturamento (b)	5.243	4.886
	7.927	7.002

- (a) Corresponde as notas fiscais emitidas referente à venda de energia elétrica aos clientes da Companhia.
- (b) Refere-se a provisão de receita do mês de dezembro que será faturada no mês subsequente.

Não há histórico de títulos vencidos e histórico de perdas com clientes, dessa forma, não há provisão para perdas constituída nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

6 Depósitos vinculados

	2022	2021
Conta centralizadora (a)	2.719	2.262
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	6.094	5.848
Conta reserva de O&M (c)	1.701	1.536
Conta reserva da dívida - Debêntures (d)	3.264	3.095
Conta reserva de pagamento de Debêntures (e)	9	5
	13.787	12.746
Circulante	2.719	2.262
Não circulante	11.068	10.484

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e Debêntures (ver nota 10), conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída, exclusivamente, para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no ativo circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (c) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a ¼ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (d) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para junho de 2033.
- (e) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda.

Esses recursos são mantidos em contas de aplicação financeira em renda fixa, junto ao fundo Itaú TOP Referenciado FIC, que possui remuneração de 106% (114% em 31 de dezembro de 2021).

7 Imobilizado

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

	Taxa anual média de depreciação a.a.	31/12/2021	Adições	Remensuração	Baixas	31/12/2022
Administração						
Máquinas e equipamentos		18	-	-	(6)	12
Equipamento para processamento dados		56	1	-	-	57
Móveis e utensílios		36	-	-	(7)	29
Subtotal administração		110	1	-	(13)	98
Parque eólico						
Acessos, obras e instalações		129.696	-	-	-	129.696
Torres anemométricas (**)		758	-	-	-	758
Máquinas e equipamentos		623	-	-	-	623
Subestação, bay e linha de transmissão		47.767	-	-	-	47.767
Aerogeradores		373.793	-	-	-	373.793
Sobressalentes		1443	558	-	-	2.001
Custos para desmobilização de ativos (*)		4.669	-	(2.809)	-	1.860
Direito de uso – arrendamentos (***)		9.772	-	(1.228)	-	8.544
Subtotal parque eólico		568.521	558	(4.037)	-	565.042
Imobilizado em operação		568.631	559	(4.037)	(13)	565.140
Depreciação						
Depreciação da administração	10 a 20%	(54)	(1)	-	-	(55)
Depreciação do parque eólico	3,30%	(54.194)	(17.904)	-	-	(72.098)
Amortização desmobilização	3,77%	(510)	181	-	-	(329)
Amortização direito de uso arrendamento	5,26%	(847)	(804)	-	-	(1.651)
Depreciação acumulada		(55.605)	(18.528)	-	-	(74.133)
Total do imobilizado		513.026	(17.969)	(4.037)	(13)	491.007

Movimentação do ativo imobilizado

	Taxa anual média de depreciação a.a.				
		31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Administração					
Máquinas e equipamentos		18	-	-	18
Equipamento para processamento dados		46	14	(4)	56
Móveis e utensílios		36	-	-	36
Subtotal administração		100	14	(4)	110
Parque eólico					
Acessos, obras e instalações		129.696	-	-	129.696
Torres anemométricas (**)		658	100	-	758
Máquinas e equipamentos		594	59	(30)	623
Subestação, bay e linha de transmissão		47.767	-	-	47.767
Aerogeradores		373.793	-	-	373.793
Sobressalentes		365	1.078	-	1.443
Custos para desmobilização de ativos (*)		4.669	-	-	4.669
Direito de uso – arrendamentos		10.697	-	(925)	9.772
Subtotal parque eólico		568.239	1.237	(955)	568.521
Imobilizado em operação		568.339	1.251	(959)	568.631
Depreciação					
Depreciação da administração	10 a 20%	(41)	(16)	3	(54)
Depreciação do parque eólico	2,86%	(38.397)	(15.797)	-	(54.194)
Amortização desmobilização	2,84%	(378)	(132)	-	(510)
Amortização direito de uso arrendamento	2,94%	(1.484)	(288)	925	(847)
Depreciação acumulada		<u>(40.300)</u>	<u>(16.233)</u>	<u>928</u>	<u>(55.605)</u>
Total do imobilizado		528.039	(14.982)	(31)	513.026

(*) A Companhia possui obrigações de desmobilização de seus ativos em decorrência de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento dos terrenos onde o complexo eólico desenvolve suas atividades. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Durante o exercício de 2022 a Companhia efetuou a revisão das premissas e efetuou a remensuração da provisão. Os custos de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão amortizados pelo prazo da autorização (nota 1).

(**) Trata-se de torres de medição de vento, as quais entram em funcionamento antes da entrada em operação do parque eólico.

(***) A Companhia reconhece os contratos de arrendamento de terrenos de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como direito de uso e os arrendamentos a pagar no passivo (nota explicativa nº 9), durante o exercício de 2022 esses saldos foram remensurados e o efeito foi de R\$1.228.

Os 41 aerogeradores do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2 são cedidos em garantia ao BNDES em virtude de contrato de financiamento pactuado com a Companhia, conforme informado na Nota 10.

A Companhia, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

O ativo imobilizado é analisado para verificar a existência de indicativos de impairment, no mínimo, anualmente, sendo que para 31 de dezembro de 2022, a administração não identificou a existência de indicativos que pudessem indicar a desvalorização.

8 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	2022	2021
Berkley Brasil Seguros	7	7
Brasilitec Serviços de Segurança Privada	-	53
Fornecedores TUST	352	311
JMC Locações e Limpeza LTDA-ME	-	30
SS Projetos Técnicos e Consultoria Ltda.	-	57
Weg Equipamentos Elétricos S.A. (i)	503	72.788
Outros fornecedores a pagar	189	119
	<hr/> 1.051 <hr/>	<hr/> 73.365 <hr/>

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de R\$ 72.788 de fornecedores no passivo circulante. Desse montante, o valor de R\$72.279 refere-se ao valor principal acrescido da multa originada por atraso do fornecedor dos aerogeradores na conclusão do Complexo Eólico de Bons Ventos da Serra, bem como as respectivas moratórias decorrentes da arbitragem. Após a setença final do processo de arbitragem em janeiro de 2022, a Companhia efetuou o pagamento do montante de R\$ 72.279 em 16 de fevereiro de 2022.

9 Arrendamentos a pagar

Conforme descrito na nota 3.12, a Companhia possui contratos de arrendamento do terreno onde estão instalados os parques eólicos. O contrato é de 35 anos com opção de renovação do arrendamento após este período. A remuneração dos arrendadores corresponde a 1,5% da receita bruta faturada vinculada aos CCEAR's que possui quantidades de venda de energia pré determinadas, ou seja, as receitas anuais são fixas e são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota 1)

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 9,00% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia

reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.213
Despesa de depreciação do exercício	(289)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.924
Remensuração	(1.228)
Despesa de depreciação do exercício	(804)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.892

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.560
Remensuração	(1.027)
Juros apropriados no resultado	1.864
Pagamentos	(935)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	9.462
Remensuração	(1.228)
Juros apropriados no resultado	402
Pagamentos	(874)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.762
 Circulante	 264
Não circulante	7.498

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2022			2021		
	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(661)	926	265	(743)	820	77
De 1 a 2 anos	(637)	926	289	(737)	820	83
De 2 a 3 anos	(611)	926	315	(730)	820	90
De 3 a 4 anos	(583)	926	343	(723)	820	97
De 4 a 5 anos	(552)	926	374	(715)	820	105
Acima de 5 anos	(3.076)	9.253	6.177	(12.130)	21.140	9.010
Total	(6.121)	13.883	7.762	(15.778)	25.240	9.462

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata do Complexo Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7), no valor total de R\$ 225.540, divididos em 6 (seis) subcréditos (A,B, C, D, E, F) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

A Companhia, durante o exercício de 2018, promoveu aditamento do contrato de financiamento junto a BNDES, e cancelou o subcrédito “D”, reduzindo a linha de crédito total para R\$ 219.570.

Sobre o principal da dívida incidem juros à taxa de 2,02% + TJLP ao ano. O principal da dívida está sendo pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2022 o total de 56 prestações.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, como redução da dívida.

(ii) Debêntures

No dia 1º de abril de 2019, foi concluída a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. junto ao Banco ITAU BBA no valor de R\$ 56.500 com taxa de 6,50 % a.a. + IPCA. As debêntures possuem vencimento semestrais, iniciando em dezembro de 2019 até junho de 2033.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, como redução da dívida.

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2022 e 2021, conforme demonstrado a seguir:

Encargos financeiros					
Descrição	Indexador	Taxa média anual de juros	31/12/2022	31/12/2021	Vencimento
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES) (a)	URTJLP	2,02% a.a.	183.298	191.581	abr/34
(-) Custos de captação			<u>(1.006)</u>	<u>(1.095)</u>	
			182.292	190.486	
Circulante			16.633	15.976	
Não circulante			165.659	174.510	
Debêntures					
Debêntures	IPCA	6,50% a.a.	62.018	60.934	jun/33
(-) Custos de captação			<u>(3.303)</u>	<u>(3.618)</u>	
			58.715	57.316	
Circulante			7.425	6.140	
Não circulante			51.290	51.176	
Total empréstimos, financiamentos e debêntures			<u>241.007</u>	<u>247.802</u>	

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>200.088</u>	<u>53.038</u>	<u>253.126</u>
Amortização de principal	(9.722)	(2.079)	(11.801)
Juros pagos	(12.877)	(3.871)	(16.748)
Custos de captação reconhecidos no resultado	88	315	403
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>12.909</u>	<u>9.913</u>	<u>22.822</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>190.486</u>	<u>57.316</u>	<u>247.802</u>
Amortização de principal	(9.676)	(2.472)	(12.148)
Juros pagos	(14.396)	(4.079)	(18.475)
Custos de captação reconhecidos no resultado	88	315	403
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>15.790</u>	<u>7.635</u>	<u>23.425</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>182.292</u>	<u>58.715</u>	<u>241.007</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante, por ano de vencimento, têm a seguinte composição:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
2023	-	-	15.976	6.454
2024	16.135	9.490	15.398	7.210
2025	16.120	10.748	15.398	10.069
2026	16.120	11.548	15.398	6.184
2027 a 2034	117.284	19.504	112.340	21.259
	165.659	51.290	174.510	51.176

a. Covenants

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,20. Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,20, no mínimo. A administração da Companhia efetua acompanhamento rigoroso das cláusulas contratuais para que as mesmas sejam atendidas.

Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas.

11 Imposto de renda e contribuição social a pagar e encargos tributários e trabalhistas

(i) Imposto de renda e contribuição social a pagar

	2022	2021
IRPJ a recolher	627	600
CSLL a recolher	289	278
	916	878

(ii) Encargos tributários e trabalhistas

	2022	2021
ISS a recolher	2	2
PIS a recolher	40	29
COFINS a recolher	186	134
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	158	161
Outros impostos a recolher	296	225
	<hr/>	<hr/>
	682	551
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

12 Ressarcimento geração reduzida

A geração de energia dos parques eólicos foram inferiores aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR no quadriênio compreendido entre 2018 e 2021, dessa forma, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações contratuais, as quais deveriam ser liquidadas nos exercícios subsequentes de acordo com a apuração da CCEE.

Em 23 de dezembro de 2022 foi publicado um cronograma de processamento dos ressarcimentos das usinas eólicas e solares fotovoltaicas devido a energia não fornecida por *constrained-off*, porém esse cronograma não alcança o período de fechamento do quadriênio da Companhia. Dessa forma, a expectativa da Companhia é que os pagamentos sejam iniciados ao longo do exercício de 2023 e que ocorra uma desembolso de aproximadamente R\$ 5,4 milhões. A Companhia mantém em seu balanço a provisão de ressarcimento apurado com base nos relatórios da CCEE.

O regramento aplicado para os contratos de CCEARs da BONS VENTOS DA SERRA 2 definem:

- Os desvios negativos, anuais, (abaixo da faixa de tolerância -10%) de geração serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes em cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual, chamados de penalidades anuais.
- Os desvios negativos, anuais, que estiverem na faixa de tolerância (até 10%) de geração serão provisionados e poderão ser compensados com os resultados de superávit dos anos seguintes até o fechamento do quadriênio. Caso não seja recuperado os resultados provisionados até o fechamento do quadriênio deverão ser pagos em 12 parcelas mensais uniformes em cláusula do referido contrato apurado ao final do quadriênio, chamados de penalidades quadrienais.

De acordo com os contratos apuração das penalidades de energia inferior a energia contratadas são valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças Médio (PLD) ou tarifa do contrato ajustada, das duas a menor.

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	577	4.484	5.061
Geração reduzida - Penalidade quadrienal	-	2.291	2.291
Transferência para o circulante (*)	6.162	(6.162)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.739	613	7.352
Geração reduzida - Penalidade quadrienal	-	2.959	2.959
Transferência para o circulante (*)	697	(697)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.436	2.875	10.311

(*) A transferência dos montante de R\$ 6.162 em 2021 e R\$ 697 em 2022 para o passivo circulante ocorreu, pois o quadriênio dos contratos se encerrou em fevereiro de 2022.

13 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2022 e 2021, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

Portanto, baseada nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração reconheceu que não existem processos com probabilidade de perda possível ou provável.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo total de provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 2.542 (R\$ 5.351 em 31 de dezembro de 2021) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de desmobilização dos ativos para atender aos critérios dos contratos de arrendamentos e das licenças ambientais vigentes pela atividade explorada, o volume de material proveniente de desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2.

Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquina para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da

área do parque eólico, transporte e destinação do material gerado. A provisão é atualizada anualmente por meio do índice IPCA, porém, no exercício de 2022 a Companhia efetuou a remensuração da provisão que resultou numa redução da provisão no montante de R\$2.809 reconhecida no ativo imobilizado..

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia era de R\$ 319.131, (em 31 de dezembro de 2021, R\$ 285.851) totalmente integralizado e representado por 285.851.394 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (285.851.394 ações em 31 de dezembro de 2021).

Em Assembléia Geral Ordinária de acionistas realizada em 30 de março de 2022, foi integralizado ao capital social o montante de R\$ 33.279, aumentando o capital de R\$ 285.851 para R\$ 319.131.

Conforme apresentado na Nota 1, a Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, com participações no capital social de 30,38% e 69,62% respectivamente.

b. Aumento e redução de capital

A assembleia geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto Social da Companhia.

c. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apurou prejuízo, não constituindo, portanto, reservas de lucros.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

15 Receita líquida de vendas

	2022	2021
Receita de energia gerada	59.454	63.155
PIS	(386)	(410)
COFINS	(1.784)	(1.895)
	<u>57.284</u>	<u>60.850</u>

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operações de energia elétrica em MWh		
Energia comercializada	<u>299.416</u>	<u>304.941</u>

16 Custos de geração de energia

	2022	2021
Depreciações e amortizações	(17.722)	(15.940)
Depreciação direito de uso arrendamentos	(459)	(288)
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(3.969)	(3.526)
Custos com manutenção	(8.086)	(7.490)
Custos com pessoal	(1.522)	(1.237)
Custos regulatórios	(293)	(284)
Serviços de terceiros	(1.653)	(1.752)
Custos sócio ambientais	(654)	(747)
Custos com infraestrutura	(556)	(50)
Custos com seguros	(843)	(736)
Custos gerais	(366)	951
	<u>(36.123)</u>	<u>(31.099)</u>

17 Despesas gerais e administrativas por natureza

	2022	2021
Despesas com pessoal	(449)	(519)
Serviços de terceiros	(969)	(790)
Honorários de sucumbência - WEG	-	(3.600)
Despesas com infraestrutura	-	(12)
Despesas com viagens	(21)	(17)
Despesas com publicações	-	(78)
Despesas tributárias	(11)	(357)
Despesas com seguros	-	(1)
Depreciação e amortização	(27)	(42)
	(1.477)	(5.416)
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	(1.477)	(5.416)
Outras despesas (receitas)	6	-
	(1.471)	(5.416)

18 Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras (*)	2.738	2.272
Outras receitas financeiras	8	1
Total	2.746	2.273
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(23.425)	(22.822)
Custos com captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(403)	(403)
Despesas financeiras com arrendamentos	(709)	(1.864)
Fianças bancárias	(3.143)	(3.881)
Despesas bancárias	(11)	(4)
Outras despesas financeiras (**)	(49)	(10.976)
Total	(27.740)	(39.950)
Resultado financeiro	(24.994)	(37.677)

(*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 1.238 (2021: R\$ 1.735) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 1.500 (2021: R\$ 537).

(**) Do montante de R\$10.976 em 2021, o valor de R\$10.252 refere-se a multa e juros relacionados ao processo de arbitragem junto ao fornecedor Weg conforme descrito na nota explicativa nº 8.

19 Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Em 31 de dezembro de 2022, o imposto de renda e a contribuição social corrente totalizam o montante de R\$ 2.897 (31 de dezembro de 2021 R\$ 2.525), conforme evidenciado no quadro abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de operações com energia elétrica	59.454	63.155
Receitas financeiras e outras	3.204	1.777
Receitas tributáveis	<u>62.658</u>	<u>64.932</u>
 <u>Imposto de Renda corrente</u>		
Base presumida sobre receita de operações com energia elétrica (8%)	4.756	5.052
Base presumida tributável s/receitas financeiras e outras (100%)	3.204	1.777
Lucro presumido tributável para Imposto de Renda	<u>7.960</u>	<u>6.829</u>
 Imposto de Renda (15%)	 (1.194)	 (1.024)
Adicional de Imposto de Renda (10%)	(772)	(659)
Despesa de imposto de renda corrente	<u>(1.966)</u>	<u>(1.683)</u>
 <u>Contribuição Social corrente</u>		
Base presumida sobre receita de operações com energia elétrica (12%).	7.134	7.579
Base presumida tributável s/receitas financeiras e outras (100%)	3.204	1.777
Lucro presumido tributável para contribuição social	<u>10.338</u>	<u>9.356</u>
 Despesa com contribuição social corrente (9%)	 (930)	 (842)
 Total da despesa com imposto de renda e contribuição social	 <u>(2.897)</u>	 <u>(2.525)</u>

20 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os honorários dos administradores foram apropriados ao resultado, na conta “despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 193 (R\$ 263 em 2021), e na conta de “custos das vendas”, no montante total de R\$ 582 (R\$ 607 em 2021). A remuneração inclui salários, encargos e eventuais bonificações anuais por atingimento das metas.

21 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2022	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	9.596	-	-	9.596
Depósitos vinculados	13.787	-	-	13.787
Contas a receber de clientes	-	7.927	-	-
Fornecedores	-	-	1.051	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	241.007	-
Arredamentos a pagar	-	-	7.762	-
Em 31 de dezembro de 2021	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	44.993	-	-	44.993
Depósitos vinculados	12.746	-	-	12.746
Contas a receber de clientes	-	7.002	-	-
Fornecedores	-	-	73.365	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	247.802	-
Arredamentos a pagar	-	-	9.462	-

- **Valor justo (Nível 2)** - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo *inputs* significativos não observáveis.

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e,
- Risco operacional.

Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixas e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e contas a receber de clientes. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado. (vide Nota 1)

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem R\$ 9.596 (Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 44.993) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o saldo de R\$ 13.787 (Em 31 de dezembro de 2021, R\$ 12.746) em depósitos vinculado a contratos de financiamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

2022	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	24.058	25.625	191.324
Arrendamentos a pagar	264	289	7.208
Fornecedores	1.051	-	-
2021	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22.116	22.430	203.256
Arrendamentos a pagar	77	83	9.302
Fornecedores	73.365	-	-

Risco de juros

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 40 (R1), preparou uma análise de sensibilidade sobre aplicações financeiras, fundos de investimentos e empréstimos e financiamentos sujeitos a riscos de variação nas taxas de juros.

O cenário-base provável para 31 de dezembro de 2023 foi definido através de premissas disponíveis no mercado (relatório FOCUS BACEN de 31 de dezembro de 2022) e o cálculo da sensibilidade foi feito considerando a variação entre as taxas e os índices do cenário previstos para 31 de dezembro de 2023. A análise de sensibilidade considerou ainda uma variação de 25% e 50% sobre os índices flutuantes considerada no cenário provável para 31 de dezembro de 2023.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Saldo		Cenário	Cenário	Cenário
	31/12/2022	Risco	Provável	(+25%)	(+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	9.596	Variação do CDI	10.772	11.102	11.432
Efeito no resultado			-	1.505	1.835
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	13.787	Rendimentos em FI	15.476	15.950	16.424
Efeito no resultado			-	2.163	2.637
Saldo de empréstimos e financiamentos	182.292	TJLP	195.727	199.333	202.940
Efeito no resultado			-	17.041	20.647
Saldo de debêntures	58.715	IPCA	62.114	63.013	63.912
Efeito no resultado			-	4.299	5.198

22 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa. Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, podem ser assim sumarizados:

	2022	2021
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	241.007	247.801
Caixa e equivalentes de caixa	(9.596)	(44.993)
Depósitos vinculados	(13.787)	(12.746)
Dívida líquida	217.624	190.062
Total do patrimônio líquido	258.409	233.329
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	0,84	0,81

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais e responsabilidade civil no montante de R\$ 553.798 (idem em 31 de dezembro de

2021) os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

As coberturas garantidas pelos presentes seguros incluem, por exemplo, danos materiais de bens de terceiros em poder do segurado; bens do segurado em poder de terceiros; danos elétricos; quebra de máquinas; despesas de combate a incêndio; despesas de salvamento e contenção de sinistro; entre outros danos materiais.

24 Eventos subsequentes

Decisão do STF sobre causas tributárias

Em decisão proferida em 8 de fevereiro de 2023 em sede dos Recursos Extraordinários 955227 (Tema 885) e 949297 (Tema 881), o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva sobre tributos recolhidos de forma continuada perderá seus efeitos caso posteriormente a Suprema Corte se pronuncie em sentido contrário em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade.

Com base nesta decisão, a Companhia avaliou eventuais possíveis impactos sobre os tributos que poderiam ser enquadrados na referida decisão, e a Administração concluiu que não há, na data de conclusão de suas Demonstrações Financeiras, causas com trânsito em julgado individual favorável em favor da Companhia, mas que possuam decisão desfavorável no STF em sede de recurso repetitivo ou controle concentrado de constitucionalidade. Desta forma, não há impactos decorrentes desta decisão para a data-base de 31 de dezembro de 2022.

André Campestrini Gomes
Diretor Financeiro

Paulo Régis
Diretor Técnico

Erlon Rodrigo da Silva
Contador CRC-SC 030791/O-1

* * *